



REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República**Considerando que:**

Foi tornado público pelo Governo da República que a Visão Estratégica para o Plano de Recuperação Económica de Portugal – desenhada pelo eng. António Costa Silva – terá recebido 1153 propostas de contributo no período de discussão pública a que esteve submetida, de acordo com o Senhor Secretário de Estado-adjunto do Senhor Primeiro-Ministro, "em elevada participação, quer de instituições quer de cidadãos anónimos em relação ao plano".

Por outro lado, sabendo que estão agendadas as apresentações da versão inicial do Programa de Recuperação e Resiliência (PRR), bem como a versão atualizada da Visão Estratégica de Costa e Silva, para dia 15 de setembro, e tendo em consideração o compromisso de transparência e escrutínio que o período de recuperação da crise económica e social exigirá de todas as instituições nele envolvidas – particularmente, o Governo –, o Grupo Parlamentar do CDS-PP à Assembleia da República toma como pertinente questionar os senhores membros do Governo acerca das origens e impactos dessas propostas.

Assim:

Tendo em conta o disposto no artigo 156.º, alínea d) da Constituição, e as normas regimentais aplicáveis, nomeadamente o artigo 229.º do Regimento da Assembleia da República, cujo n.º 3 fixa em 30 dias o limite do prazo para resposta;

O deputado do CDS-PP, abaixo-assinado, vêm por este meio requerer ao Primeiro-Ministro, por intermédio de Vossa Excelência, nos termos e fundamentos que antecedem, respostas às seguintes perguntas:

1.Quantos dos 1153 contributos recolhidos na já referida consulta pública foram aproveitados e integrados no denominado Plano Costa Silva?

2. Que entidades ou membros do Governo estiveram envolvidos nesse processo de triagem das propostas recolhidas na consulta pública?

3. Tratando o Plano de dinheiro do Estado e dos contribuintes portugueses, e sendo a transparência indispensável, o Governo procedeu a algum tipo de diligência junto das instituições que enviaram propostas aquando da consulta pública, deste modo salvaguardando a inexistência de quaisquer conflitos de interesse?

4. O Governo planeia tornar as 1153 propostas recolhidas públicas? Se sim, quando e publicado onde? Se não, porquê?

Palácio de São Bento, 22 de setembro de 2020

Deputado(a)s

JOÃO GONÇALVES PEREIRA(CDS-PP)